

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório final da [Petição n.º 546/XIII/4.ª](#), Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimento dos Grupos Parlamentares - 10h00

- Requerimento do BE para audição sobre o Programa Exarp e questões das praxes académicas
- Requerimento do BE para audição sobre a problemática do assédio moral dos docentes convidados da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Requerimento do PSD para audição sobre o incumprimento do Acordo de Legislatura e a situação do Instituto Politécnico de Leiria

5. Outros Assuntos

6. Data da próxima reunião

- 30 de janeiro de 2019

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

As atas nºs 145, 146, 147 e 148, de 18 de dezembro e 9, 15 e 16 de janeiro foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Relatório final da [Petição n.º 546/XIII/4.a](#), Solicitam adoção de medidas para defesa do direito à educação em Fátima

O relatório final da petição foi apreciado na reunião da Comissão de 9/1/2019 e transcreveu a parte da ata da reunião de 12/12/2018 no que respeita à audição dos peticionários, a qual já tinha sido aprovada anteriormente. Aquando da apreciação do relatório a Deputada Maria Augusta Santos (PS) solicitou uma alteração na sua intervenção na audição dos peticionários. Nesta sequência, foi consensualizado aprovar a alteração da ata da reunião da Comissão de 12/12/2018 em conformidade.

4. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimento dos Grupos Parlamentares - 10h00

4.1.A requerimento do BE, para audição sobre o Programa Exarp e questões das praxes académicas

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor e ao Secretário de Estado da Ciência e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira e indicou a grelha de tempos disponíveis.

O Deputado Luís Monteiro (BE) apresentou o requerimento, fazendo referência às praxes académicas e à violência estrutural inerente e referindo que a violência vem marcando o início dos anos letivos e há um caminho a percorrer no combate às praxes violentas, com todos os intervenientes, tendo realçado que o Governo tem um papel fundamental.

Deu depois conta de que o BE fez perguntas às instituições e teve em conta notícias do jornal Público, e questionou a capacidade de intervenção da direção das instituições e os mecanismos exteriores. Referiu ainda que o estudo subjacente ao [Programa Exarp](#) foi realizado há 2 anos, inclui medidas importantes, mas algumas ainda não foram acionadas.

O Ministro referiu que a problemática está centrada no início do ano e no final, na fase de graduação, mas tem efeitos ao longo de todo o ano. Indicou que lançaram um movimento de “dar volta às praxes”, desenvolvido pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES), levando as instituições a fazerem o acolhimento dos alunos e a desenvolverem práticas com recurso à música e ao desporto, realçando que há uma consciencialização crescente, foi criado um portal de queixas, estando o número destas a reduzir-se e há ações de mobilização dos vários agentes,

na sequência de um estudo sociológico. Defendeu a integração num espaço de tolerância e indicou que existe um movimento alargado, com incidência no ensino superior e alargamento ao ensino secundário.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) indicou que o PSD é contra a praxe violenta, com violência gratuita, mas a favor das tradições. Considerou depois a praxe como uma cultura de integração e defendeu que é necessário garantir a liberdade de cada estudante participar ou não, punir os abusos e fomentar as práticas de integração, tendo-se congratulado com o facto de haver uma redução das queixas. Perguntou ainda por que razão a DGES não publicita todos os dados, desde o início do programa e questionou os valores elevados aos apoios a entidades musicais e de teatro e se as respetivas atividades permitem a integração dos alunos.

O Ministro referiu que as atividades culturais, musicais, picnics, etc se desenvolveram com a intervenção da direção das instituições, das associações de estudantes e com um ambiente de integração dos estudantes, tendo considerado o ensino superior como um espaço de tolerância e de igualdade de todos os agentes. Mencionou ainda o aumento do número de estudantes nos últimos anos, incluindo os internacionais, a massificação do ensino superior e o movimento do caminho do conhecimento, realçando que o picnic se destina aos alunos do superior e também do secundário, para conhecimento do ensino superior.

A Deputada Elza Pais (PS) considerou que há na praxe violações graves aos direitos humanos dos estudantes, com humilhação inaceitável. Manifestou depois concordância com as práticas e rituais de cidadania e realçou as práticas desenvolvidas pelo Ministro, nomeadamente, cartas aos Reitores, aos agentes académicos, recomendações, incluindo a Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT) e a intervenção da Ciência Viva, com verbas para práticas de integração. A terminar e tendo presente o estudo subjacente ao Programa Exarp, perguntou como estão a ser implementadas as respetivas recomendações e quais os resultados.

O Ministro indicou que o movimento Exarp tem raízes sociais, com agentes das instituições e exteriores, sendo de manter o discurso contra humilhações, tendo lembrado que em 2019 se perfazem 20 anos desde a assinatura do Programa de Bolonha, que visava alargar a massificação do ensino superior. Referiu depois o alargamento do ensino superior a nível do politécnico e a diversificação de práticas. Aludiu ainda à nova rede de clubes de ciência viva no secundário (237), para um maior alargamento do acesso ao ensino superior.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) considerou que há consenso em relação às praxes violentas, humilhantes, degradantes e sexistas, manifestou-se a favor das tradições e transmitiu que não devem ser legisladas práticas e deve haver respeito pelas práticas da tradição. Perguntou depois qual é o orçamento do Programa Exarp e o *output*, se os dados das queixas têm todas as denúncias e se ainda faz sentido manter o programa.

O Ministro informou que o programa tem o apoio da Direção Geral do Ensino Superior, com a contratação da orquestra metropolitana, com concertos comentados por cientistas e o investimento e as ações são também suportadas por outras entidades, pretendendo-se que haja cada vez mais financiamento externo, da sociedade civil, das autarquias, etc. Transmitiu depois que o impacto vai para além do n.º de queixas, que é reduzido. Referiu ainda as ações de proximidade, nomeadamente, através dos serviços de ação social, a importância do movimento

de estudantes e defendeu a continuação do esforço de mobilização dos alunos para o ensino superior.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) realçou que o que está em causa é a inclusão da violência na praxe, defendendo que no caso de crimes, estes devem ter tratamento pelas entidades competentes. Perguntou depois quais as situações de crime nas queixas existentes, as regiões mais afetadas e as consequências. Questionou também quais as instituições e alunos do ensino superior que aderiram ao Programa Exarp e defendeu que a integração dos alunos não se esgota na praxe. Considerou que o regime sancionatório não é solução, devendo insistir-se na prevenção e perguntou que tipo de acompanhamento dos alunos é feito, nomeadamente com uma equipa pluridisciplinar, e qual a avaliação que o Senhor Ministro faz do programa.

O Ministro informou que o acompanhamento dos alunos vítimas de violência é feito pelas instituições de ensino superior e não pela Direção Geral do Ensino Superior e os processos crime são acompanhados pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC). Clarificou depois que o programa não é imposto às instituições, sendo antes um estímulo, um apoio à mobilização, e que o movimento em causa resultou duma orientação do Conselho Coordenador do Ensino Superior, com base no estudo sociológico feito, havendo ligação com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

O Deputado Luís Monteiro (BE) defendeu que o estudo mostra que a praxe é uma prática estruturalmente violenta e a maioria das instituições reúne com as estruturas da praxe, legitimando-as e articulando com as mesmas a respetiva atuação e a praxe. Reforçou que a praxe, para além de violenta, encerra um pacto de silêncio e medo sobre a violência na mesma e informou que o BE apresentará uma iniciativa sobre a matéria.

O Ministro referiu que a legitimação das praxes pelas instituições já é passado e o movimento Exarp tem feito mudanças e visa transformar a sociedade em relação à matéria.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

4.2. A requerimento do BE, para audição sobre a problemática do assédio moral dos docentes convidados da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O Deputado Luís Monteiro (BE) apresentou o requerimento, tendo referido que os docentes convidados da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) apresentaram pedidos para análise no âmbito do PREVPAP, programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, e foram-lhe propostos novos contratos, com cláusulas abusivas e inaceitáveis. Deu exemplos de docentes que inicialmente foram convidados a 100%, com regime de exclusividade e depois diminuíram-lhes o regime. Mencionou ainda que o Senhor Ministro tem tido sempre distanciamento em relação à aplicação do PREVPAP nas instituições.

O Ministro respondeu que o Governo se tem empenhado na resolução da precariedade no ensino superior e desenvolveu várias ações nesse âmbito, incluindo ações junto das instituições.

Referiu depois que as práticas referidas foram muito utilizadas em anos de maior crise e hoje são menos aceitáveis, sendo casos residuais e não generalizados. Indicou que a lei é clara quanto à contratação dos docentes convidados, estando o regime de contratação previsto nos regulamentos das próprias instituições. Informou ainda que os casos têm sido apreciados pela IGEC e até pela Procuradoria-Geral da República, no quadro do regime de contratação dos docentes convidados.

A Deputada Maria Manuela Tender (PSD) referiu a existência de uma queixa do Sindicato Nacional do Ensino Superior em relação à UTAD, mas também a outras instituições e informou que a reitoria daquela Universidade determinou um processo de averiguações em relação à existência de cláusulas ilegais nos contratos dos docentes convidados. Nesta sequência perguntou ao Senhor Ministro que informação tinha em relação à situação. Mencionou depois que a reitoria informou também que está a abrir concursos de docentes até ao final de janeiro, o que exige cabimentação e se interliga com o subfinanciamento do ensino superior, exigindo mais financiamento. Aludiu também a dificuldades com as progressões e à falta de recursos humanos e pediu a posição do Senhor Ministro.

O Ministro informou que tem acompanhado os casos das Universidades e que está em fase de pedido de esclarecimento à reitoria e ao Conselho Geral e depois avaliará o envio à IGEC e a remessa de informação ao Parlamento. Referiu depois a abertura do concurso anual no âmbito do emprego científico e a implementação de outras medidas, incluindo a norma transitória e a aplicação do PREVPAP. Indicou ainda que as funções dos docentes convidados estão definidas e há um parecer da Secretaria Geral do Ministério sobre a matéria, tendo em conta o estatuto das instituições.

O Deputado Porfírio Silva (PS) considerou deverem ser considerados dois planos distintos naquilo que está em análise: o caso da UTAD e a questão mais geral do papel dos docentes convidados nas Instituições de Ensino Superior (IES). Quanto ao caso da UTAD, registou os esclarecimentos que foram dados, nomeadamente de que os alegados casos de coação estarão a ser averiguados, e as indicações provenientes dessa Universidade de que não havia qualquer intenção de deixar de pagar a compensação por caducidade de contrato, mantendo-se a prática em vigor. Quanto à questão mais geral do papel dos docentes convidados nas IES, considerou que importa analisar a questão de saber se alguma coisa deve distinguir funcionalmente os docentes convidados dos docentes de carreira nas IES. Se os estatutos das carreiras docentes preveem a existência de docentes convidados, importa esclarecer se são recrutados para fazer o mesmo que os docentes de carreira ou se são recrutados para suprir certas necessidades não inteiramente asseguradas pelos docentes de carreira, designadamente lecionação, podendo, neste caso, não lhe serem exigidas certas componentes da prestação pedida aos docentes de carreira, como investigação ou extensão universitária. No segundo caso, é natural que os docentes convidados tenham um perfil funcional diferente dos docentes de carreira, tendo estas questões influência sobre a distribuição dos tempos pelas diferentes componentes do horário do docente convidado (prevendo o estatuto da carreira que a definição funcional do docente convidado é definida contratualmente). Uma vez que esta questão de fundo subjaz, não apenas à situação ora suscitada na UTAD, mas a diferenças de interpretação que têm surgido em várias IES sobre o estatuto dos docentes convidados, ela deveria ser aclarada. Terminou perguntando

pelo impacto do novo regime jurídico de graus e diplomas na consolidação das carreiras docentes nas IES.

O Ministro esclareceu que a lei estabelece que o regime dos docentes convidados é contratual, havendo um parecer sobre a matéria. Indicou depois que há um processo atual de transformação, na sequência da avaliação da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e um segundo processo de avaliação de todos os cursos, a desenvolver pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, sendo o final desse processo em 2022. Indicou que não se quer reduzir o número de professores convidados e considerou que a Agência e o novo regime de graus incluem o envolvimento das carreiras docentes. Defendeu também a harmonia entre os docentes do quadro e os convidados, destinados a docência específica.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o assédio moral (invocado no requerimento do BE) está definido no Código do Trabalho, sendo uma situação grave e informou que já pediu informação à reitoria da Universidade e esta esclareceu que só 1 docente apresentou queixa, e explicou o processo de contratação dos docentes convidados, justificando-o. Reiterou depois que a acusação é grave e o Senhor Secretário de Estado já fez referência a ilegalidades, pelo que pediu o ponto da situação.

O Ministro reiterou que pediu esclarecimento à Universidade, e se necessário enviará o processo à IGEC, que a contratação de docentes convidados é regulada pelos regulamentos das instituições e o parecer do Ministério foi feito com base no regulamento duma Universidade, tendo informado que podia enviá-lo. Esclareceu que o mesmo indica o número de horas e as funções a atribuir, bem como o preço/hora a fixar, salientando que tem de incluir mais do que as horas de aulas e levar também em conta as horas de preparação das mesmas. Defendeu depois a valorização do docente convidado, para ligação a outras áreas, públicas e privadas, tendo considerado que teve maior utilização indevida nos anos da crise, estando a mesma a diminuir na atualidade.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) enfatizou a situação de subfinanciamento do ensino superior e o abuso da utilização dos docentes convidados, tendo referido que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem docentes do quadro e convidados com funções idênticas, mas com um regime muito diverso, havendo pressões para a assinatura de uma adenda com cláusulas abusivas. Perguntou depois se o Senhor Ministro ia basear a sua intervenção apenas na resposta da Universidade, se tinha estabelecido um prazo para a mesma, se tinha recebido queixas diretas fundamentadas e o que ia fazer, tendo rematado que está longe de haver um compromisso sério de combate à precariedade.

O Ministro defendeu que qualquer ato de precariedade é inaceitável e essa é a posição do Governo, nos vários setores. Referiu que há um aumento de financiamento para a ciência e a FCT aumentou a sua taxa de execução. Esclareceu que no caso de denúncias, são contactadas as instituições e depois os processos vão para a IGEC e se necessário haverá intervenção da Procuradoria-Geral da República. Indicou que não exigiu prazo para a resposta da Universidade, que aliás não está previsto na lei e informou que neste caso o processo está em análise no Conselho Geral da Universidade, prevendo ter resposta nas próximas semanas. Informou ainda

que no âmbito do PREVPAP mais de 80% dos casos estão analisados, o mesmo acontecendo com a maioria das situações respeitantes a docentes.

O Deputado Luis Monteiro (BE) indicou que os docentes não apresentaram todos queixa, uma vez que dependem da instituição, mas foram pressionados a aceitarem cláusulas ilegais, o que configura assédio. Defendeu depois que a reitoria não é um elemento neutro, o que condiciona a sua resposta e informou que há docentes que não assinaram os contratos e foram contratados como funcionários, para darem aulas. A terminar, indicou que o Reitor da Universidade e o Presidente do CRUP já deram conta da posição que têm em relação a esta matéria.

O Ministro reiterou a posição de combate à precariedade e aumento da dignidade da carreira docente e renovou a informação de que o caso foi discutido com o Reitor e o Conselho Geral da Universidade e se necessário haverá ações inspetivas.

A terminar, o Deputado Luis Monteiro (BE) pediu informação sobre o número de casos que chegam à IGEC e a sua sequência e o Deputado Porfírio Silva (PS) pediu o contrato que está em causa.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

4.3. A requerimento do PSD, para audição sobre o incumprimento do Acordo de Legislatura e a situação do Instituto Politécnico de Leiria

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) enfatizou a importância do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) a nível regional, a falta de financiamento do mesmo e informou que o PSD apresentou uma pergunta ao Governo sobre esta matéria, a qual ainda não teve resposta, mas o Senhor Ministro informou noutra sede que a matéria seria regularizada até ao final do ano. Indicou depois que o *deficit* levou à suspensão de aquisições, que existe uma diferença entre os valores atribuídos e os necessários e que os reforços orçamentais que têm existido respeitam ao cumprimento de aumentos salariais obrigatórios. A terminar, informou que a situação se verifica também noutras instituições e concluiu que os contratos de legislatura não estão a ser cumpridos.

O Ministro defendeu que os contratos de legislatura estão a ser cumpridos e referiu que possibilitaram um planeamento plurianual, relatórios trimestrais de execução e impunham às instituições a necessidade de aumentarem a penetração do ensino superior. Informou que as dotações do IPL aumentaram 15%, há aumentos em várias áreas e é feita uma monitorização exata dos contratos de legislatura.

O Deputado Porfírio Silva (PS) começou por referir que o Reitor da Universidade de Lisboa elogiou recentemente em público o contrato de legislatura, que teria sido o que de melhor tinha acontecido às Instituições de Ensino Superior (IES) nos últimos anos, por lhes ter dado um horizonte de estabilidade que não existia. Mencionou, depois, alguns dados do Relatório de Execução Orçamental de 2018, referente ao quarto trimestre, publicado pelo Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental das IES Públicas, recebido na véspera, e do qual resulta, relativamente ao período homólogo de 2017, um significativo acréscimo de receitas, a par de um aumento mais lento das despesas, o que representa globalmente uma evolução favorável.

Mas as dinâmicas de execução orçamental variam de uma IES para outra, designadamente no que toca à cobrança de receitas. Sublinhando que não estava a criticar a instituição, referiu que as dificuldades registadas num dado momento pelo IPL parecem, lendo o relatório, resultar de quebras na cobrança de receitas face ao previsto, mas não nas provenientes das Administrações Públicas, antes essas quebras se verificaram na cobrança de receitas provenientes de fundos comunitários e de serviços prestados à comunidade. Considerou normais estas situações na gestão de uma instituição, e que não justificam o alarme transmitido pelo requerimento do PSD.

A Deputada Lara Martinho (PS) perguntou se há desenvolvimentos no financiamento da Universidade dos Açores.

O Ministro reiterou a informação de que é feita a monitorização dos contratos de legislatura e dada ajuda à execução, nomeadamente dos fundos comunitários, realçando que o IPL tem uma taxa de 29%. Explicitou ainda que houve redefinição da cobrança dos fundos comunitários, particularmente nas formações curtas. Indicou depois que a FCT executou 451.000.000€ em 2018, o maior valor desde 2010 e há continuidade do reforço de financiamento em 2019. Informou ainda que já esteve na Universidade dos Açores, que teve um aumento de financiamento de 9% e o respetivo Reitor vai concluir os processos de emprego científico e as restantes matérias de recursos humanos.

O Deputado Luis Monteiro (BE) referiu que as instituições dizem que o contrato de legislatura não tem sido cumprido, enquanto o Ministro diz que há cumprimento e considerou que o Grupo de Trabalho de Monitorização dos Contratos de Legislatura tem recebido informação que não é de fácil acesso. Mencionou depois que do relatório de execução orçamental resulta que o excesso de previsão gera uma baixa taxa de execução e salientou que há instituições que em outubro/novembro têm dificuldades financeiras. A terminar, perguntou se o aumento da execução da FCT corresponde ao contrato de legislatura.

O Ministro indicou que as instituições com saldos têm uma gestão diferente das que os não têm, referiu a alteração do regime de formação curta e equacionou a utilização do quadro de adiantamentos. Referiu depois o *simplex* da ciência e a exceção de utilização do novo regime dos contratos públicos, mencionou que as várias instituições têm práticas diferentes e informou que há um trabalho de proximidade junto das instituições e em diálogo entre elas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) defendeu a necessidade de cumprimento dos contratos em tempo devido, referiu que no IPL há um impacto pelo aumento dos encargos salariais e o saldo de gerência final de 2018 foi negativo, embora não precisasse de reforço orçamental. A terminar, questionou a razão por que houve mais alunos e não pedidos de reembolso.

O Ministro argumentou que há uma diferença entre os valores contabilísticos e de execução financeira.

O Secretário de Estado informou que houve politécnicos com dificuldade de executarem as formações curtas e que há um trabalho conjunto entre a equipa do Programa Operacional do Capital Humano e as instituições. Mais informou que o IPL recebeu 300.000€.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) perguntou como se resolve o problema das várias instituições e esclareceu que o PCP não é grande adepto dos contratos de legislatura, que não resolvem os

problemas de falta de financiamento, defendendo uma revisão profunda da lei de financiamento. A terminar, considerou que devem cumprir-se as transferências e alterar-se a lei de financiamento.

O Ministro defendeu que o ensino superior está a funcionar bem, o IPL é uma instituição de excelência e não tem problemas. Considerou depois que há uma ação política com várias medidas a nível de financiamento e um reconhecimento da Associação Europeia de Universidades de que o caso português é de referência. Referiu ainda o aumento do número de estudantes estrangeiros e indicou que hoje Portugal é uma referência na Europa.

A Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) considerou que há incumprimento do contrato de legislatura, concretamente em relação ao IPL e um *deficit* orçamental em relação ao mesmo, embora o Senhor Ministro diga o contrário.

O Ministro reiterou que o contrato de legislatura está a ser cumprido e realçou o processo de simplificação dos procedimentos e a reprogramação para maior cobrança dos fundos comunitários.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

6. Data da próxima reunião

- 30 de janeiro de 2019 - 10h00

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Ângela Moreira
Elza Pais
Lara Martinho
Liliana Silva
Margarida Balseiro Lopes
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

